



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
Políticas de Esporte no Brasil: expansão do capital monopolista e da conciliação de classes			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Adriana Machado Penna	Instituto de Educação Física (UFF)	UFF	Pesquisador
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>O mundo contemporâneo tem favorecido o deslocamento do capital pelas mais distintas regiões do planeta. Tais circunstâncias impulsionam o capital a adotar outra dinâmica de circulação que ultrapasse os diversos limites que se lhe apresentam, tanto em âmbito nacional como internacional. Os destinos desta nova mobilidade têm possibilitado ao capital a produção de estratégias para driblar as contradições impostas a seus mercados de origem. Este trabalho se propõe a analisar algumas determinações do esporte contemporâneo, chamando a atenção para a sua expressão mais complexa, qual seja, o fenômeno da globalização dos megaeventos esportivos. De modo específico, queremos analisar os interesses que têm cercado a produção dos megaeventos esportivos no Brasil, a partir do primeiro governo Lula da Silva, por entendermos que tais projetos têm participado do processo de gerenciamento da crise do capital e do refluxo das lutas dos trabalhadores, tanto na periferia quanto no centro do mundo. O esporte contemporâneo constituiu-se como uma instituição burguesa, socialmente determinada e integrada ao conjunto de normas, ideias e estratégias inerentes ao modo de produção capitalista. Fontes documentais serão utilizadas para demonstrar como o esporte tem ocupado lugar estratégico tanto junto à produção da ideologia dominante, quanto junto ao controle da queda da taxa de lucro. Em tempos de domínio do capitalismo monopolista e de suas políticas neoliberais, as contradições que aguçam o processo de alienação sob o qual encontra-se a classe trabalhadora de todo o mundo, coloca a humanidade em um novo patamar de alienação, ainda mais brutal e desumanizador.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Capitalismo Contemporâneo; Políticas públicas de esporte; Megaeventos Esportivos			
ABSTRACT			
<p>Sports policy in Brazil: the expansion of monopoly capital and class conciliation</p> <p>The contemporary world has favored the movement of capital by the most distinct regions of the planet. Such circumstances drive capital to adopt a different dynamics of the various movements exceeding limits which arise, both nationally and internationally. The destinations of this new capital mobility has allowed the production of strategies to circumvent the contradictions imposed on their home markets. This study aims to examine some determinations of contemporary sport, drawing attention to its most complex, namely the phenomenon of globalization of sports mega-events. Specifically, we examine the interests that have surrounded the production of sporting mega events in Brazil, from the first Lula da Silva, because we believe that such projects have participated in the process of managing the crisis of capital and reflux of workers' struggles in both the periphery and the center of the world. The contemporary sport has established itself as a bourgeois institution, determined and socially integrated set of rules, ideas and strategies inherent in the capitalist mode of production. Documentary sources will be used to demonstrate how the sport has occupied a strategic place both with the production of the dominant ideology, as with the control of the falling rate of profit. In time domain of monopoly capitalism and its neoliberal policies, the contradictions sharpen the process of alienation under which is the working class around the world, puts humanity to a new level of alienation, even more brutal and dehumanizing</p>			
KEYWORDS			
Contemporary Capitalism – Public policies of sport – Sporting mega events			

Introdução¹

A mercantilização do esporte², sob o comando do capitalismo monopolista, assimila uma nova funcionalidade ao inserir-se no processo contemporâneo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas, tanto em escala internacional quanto nacional. O esporte, nesse contexto, fortalece a sua aparência unificadora da sociedade, ao mostrar-se como um elemento impermeável a qualquer ideologia ou a qualquer discussão de viés crítico.

A aparente expressão de homogeneidade do esporte tem sido historicamente funcional à propagação e fortalecimento da ideologia dominante. Isto posto, é pertinente afirmar que, se por um lado, o esporte serve de instrumento para a socialização de novos hábitos e para a produção de novas mercadorias àqueles poucos que efetivamente as consomem, por outro, serve de importante elemento para a propagação de políticas assistencialistas, aprofundando o processo de conciliação e alienação da classe trabalhadora.

O esporte mercadoria vem integrando o modo de produção capitalista contemporâneo, ocupando um lugar privilegiado tanto junto aos processos compensatórios da queda da taxa de lucro como, ao mesmo tempo, junto ao processo de alienação humana.

Defendemos que as novas características adotadas pelo esporte contemporâneo têm relação direta com a expansão do fenômeno dos megaeventos esportivos que, a nosso ver, é a forma mais desenvolvida deste mercado. O esporte, ao promover o deslocamento do capital de outros setores para o setor de serviços, e de uma região do mundo a outra, conforme o valor da força de trabalho e das garantias dadas pelo Estado nacional age como um importante elemento que se contrapõe à lei da queda tendencial da taxa de lucro³ cumprindo, deste modo, a função de contenção frente às crises sistêmicas do capital.

Nosso objetivo consiste em apontar alguns desdobramentos deste fenômeno no Brasil, desde o primeiro governo Lula da Silva aos dias atuais⁴. Assim, poderemos levantar aspectos da sua política esportiva e os significados da abertura do país aos megaeventos esportivos, especificamente, os Jogos Panamericanos do Rio de Janeiro de 2007, a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016.

¹ Este trabalho é um extrato do capítulo 2 de nossa tese de doutorado. Para ter acesso à tese integralmente ver: PENNA, Adriana Machado, 2011.

² Apoiamo-nos em Marx e sua teoria do valor, ao identificarmos o fenômeno esportivo como uma mercadoria. O esporte, mediado por um sistema próprio e dominante da divisão do trabalho na sociedade contemporânea, sofre um profundo e avançado processo de reificação na medida em que as relações entre os sujeitos sociais que o produzem e reproduzem, perdem sua magnitude. Assim, o que passa a se impor, na sua forma imediata, são as relações entre “coisas”, ou seja, entre produtos de grandes empresas, marcas empresariais, o marketing, a grande mídia etc.

³ Para uma análise mais aprofundada sobre a “lei da queda tendencial da taxa de lucro” ver: MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

⁴ Estamos considerando como dias atuais, os três primeiros trimestres do governo Dilma Rousseff.

1 – Brevíssima análise sobre o capitalismo monopolista contemporâneo

As condições objetivas nas quais se move o modo de produção capitalista tem requisitado análises cada vez mais rigorosas sobre suas determinações atuais. Daí reforçar-se a necessidade de estarmos atentos ao processo de construção de fenômenos sociais que, sob uma investigação crítica, ajudam na explicitação da crescente alienação que se abate sobre as relações humanas capitalistas. Tal alienação, a rigor, impõe-se na mesma medida em que controla o antagonismo inconciliável entre as classes fundamentais, trazendo como uma de suas maiores consequências o seu mascaramento. Este processo contribui, em grandes proporções, para a produção de relações sociais cada vez mais desumanizadas e brutalizadas, tendo em vista que vêm sendo postas as condições para a sua imersão numa conjuntura de avanço da alienação humana. A nosso ver, a forma pela qual este fenômeno vem se apresentando tem colaborado para o fortalecimento do pensamento único, produzindo e reproduzindo mecanismos que descaracterizam e minimizam as expressões das lutas de classes.

Esta forma de sociabilidade, como já nos ensinou Marx, é resultante de um processo contraditório que constitui e, simultaneamente, é constitutivo do próprio sistema do capital. Portanto, estamos diante de uma socialização crescente das forças produtivas, permanentemente embarreiradas pelas relações sociais de produção e dirigidas pelas decisões privadas. Neste sentido compreendemos que o processo produtivo capitalista, na sua totalidade, produz “não apenas a mercadoria, não apenas a mais-valia, mas produz e reproduz a própria relação capital, de um lado o capitalista, do outro o trabalhador assalariado⁵. Assim, o fenômeno da exclusão e da pobreza são o fundamento para a própria existência da expansão e produção capitalista, bem como para o crescimento e acúmulo privado da riqueza.

Assim, dentro da lógica da naturalização social capitalista, ao se valer do binômio inclusão/exclusão, a ideologia dominante – propalada aos quatro cantos do mundo por seus maiores representantes, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Mundial do Comércio (OMC), entre outros –, produz justificativas tanto para a existência da pobreza, bem como para o que entendem por exclusão, passando a legitimá-las. A solução aventada para a minimização de ambas, segundo o discurso dominante, deve passar pela criação de programas assistencialistas de inclusão social, em âmbito mundial, dos quais emergem parâmetros para projetos focalizados de alívio à pobreza e para a contenção, segundo tais organismos, das chamadas instabilidades sociais.

⁵ MARX, KARL. *O capital: crítica da economia política*, livro 1, t.2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

Segundo a ONU⁶, toda a atenção deve ser dada à persistência das condições de extrema pobreza⁷ no mundo globalizado. O controle da pobreza é considerado pela ONU como o “pivô para a segurança global”. Daí surge a necessidade da organização de “grandes líderes mundiais”, dispostos a alcançar as MDMs (Metas de Desenvolvimento para o Milênio)⁸, em busca da redução da pobreza no mundo, até o ano de 2015. Estes foram o argumentos que levaram governantes dos países do centro do capitalismo a “comprometer[em] suas nações” em nome de uma parceria global para “reduzir a pobreza, melhorar a saúde e promover a paz, os direitos humanos, a igualdade de gênero e a sustentabilidade ambiental”. A matriz ideológica promotora destas políticas está articulada ao discurso da solidariedade e dos esforços pela união dos povos, em busca da paz mundial.

Identificamos tanto nos discursos como nas práticas anteriormente apresentadas, uma ampla integração com o fenômeno esportivo contemporâneo, o qual vem assumindo formas que são inerentes a nova fase de gerenciamento da crise do capital. O esporte contemporâneo está, nesse sentido, cada vez mais integrado à totalidade do modo de produção capitalista, já que se integra ao desenvolvimento das forças produtivas sob o controle do capital.

Defendemos que o esporte vem assumindo um novo papel ante o capitalismo monopolista. Neste contexto, ganha relevância os discursos e as ações que o elegeram como um dos instrumentos capazes de promover a tolerância entre os povos, “a fim de se atingir a paz no Milênio”⁹. Ocorre que o esporte vem ganhando novas finalidades frente aos condicionantes da globalização e aos novos padrões que compõem a economia neoliberal, sob o predomínio do capitalismo monopolista.

⁶ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Investimento no desenvolvimento: um plano para atingir os objetivos do Desenvolvimento do Milênio*. Nova Iorque, 2005.

⁷ De acordo com a ONU (Ibid.), pode-se definir por “extrema pobreza” a “pobreza que mata”, privando indivíduos dos meios de permanecerem vivos diante da fome, da doença e dos perigos” (Ibid., p. 4).

⁸ Entre 6 a 8 de setembro de 2000 fora organizada a “Cúpula do Milênio”. Segundo a ONU, foi a “maior reunião de líderes mundiais” o que gerou a adoção da “Declaração do Milênio das Nações Unidas”. Ainda Segundo a ONU, os objetivos prescritos pela Declaração do Milênio levaram inúmeros líderes mundiais a comprometerem “suas nações numa parceria global para reduzir a pobreza, melhorar a saúde e promover a paz, os direitos humanos, a igualdade de gênero e a sustentabilidade ambiental. Logo depois, os líderes mundiais encontraram-se novamente na Conferência Internacional de março de 2002 sobre Financiamento para o Desenvolvimento, em Monterrey, México, estabelecendo um marco de referência para balizar a parceria global de desenvolvimento, no qual os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento concordaram em adotar ações conjuntas para reduzir a pobreza (...) Mais tarde no mesmo ano, os Estados-membro das Nações Unidas reuniram-se na Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo, África do Sul, onde reafirmaram os Objetivos como as metas de desenvolvimento já aprazadas para o mundo” (Ibid.).

⁹ Relatório da Força Tarefa entre Agências das Nações Unidas sobre o Esporte para o Desenvolvimento e a Paz: em direção às metas de desenvolvimento do milênio. 2003. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br>> Acesso em: 15, nov, 2004.

2 – Esporte: cultura da paz?

Sob as atuais condições materiais impostas pelo capitalismo monopolista, entendemos que o esporte passa a se adequar às novas expressões e às novas demandas do mundo globalizado, materializando-se na forma dos megaeventos esportivos.

Dirigiremos a nossa atenção para a sua expressão deste fenômeno sob as condições estabelecidas no Brasil¹⁰. Especificamente, concentraremos nossa análise sobre as políticas do esporte desde o primeiro governo Lula da Silva, aos dias atuais. Nosso objetivo consiste em apontar como os projetos ligados ao esporte no país, impulsionados pelo governo Lula da Silva, têm participado (juntamente a outros aspectos, tão relevantes quanto este) do processo de gerenciamento da crise do capital que, por consequência, têm interferência direta no enfraquecimento das lutas dos trabalhadores neste país.

Sob a ideologia da promoção da paz mundial e da inclusão social, à luz do discurso da herança dos legados para o desenvolvimento da nação, o esporte vem, ao mesmo tempo, contribuindo tanto para o processo de abertura do Brasil à invasão dos monopólios, quanto para o domínio do capital financeiro. Além de facilitar o deslocamento de investimentos de outras áreas da produção (da indústria e da agricultura, por exemplo), para a área de serviços. Como resultado, verifica-se não só o alinhamento das políticas do esporte com a precarização e a desregulamentação do trabalho, como também os seus reflexos incidindo na aceleração da individualidade e na naturalização da segregação social e, portanto, do mascaramento das lutas de classes. Estas características não são uma particularidade brasileira, ao contrário, são impostas a todos os países sede de megaeventos esportivos.

Ao analisarmos o documento da ONU, publicado no ano de 2003¹¹ e denominado “Esporte para o Desenvolvimento e a Paz: *Em Direção à Realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio*”¹², percebemos sua fundamental importância para a compreensão do uso do esporte para o projeto de dominação de classe na atualidade.

¹⁰ Vale reforçar, entretanto, que tais características não são específicas das condições políticas e econômicas brasileiras. Ao contrário, como demonstramos em nossa tese de doutorado (PENNA, 2011), há uma lógica a ser implementada pelos vários países que têm servido como sede aos megaeventos esportivos.

¹¹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Relatório da força tarefa entre agências das nações unidas sobre o esporte para o desenvolvimento e a paz: em direção às metas de desenvolvimento do milênio. 2003. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br>>. Acesso em: 15 nov. 2004.

¹² Ainda que de modo bastante superficial, nosso primeiro contato com o documento da ONU se deu por conta de análises necessárias à construção da nossa dissertação de mestrado defendida em 2006, no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, na Linha de Pesquisa Trabalho e Educação, cujo título é “Sistema confef/crefs: a expressão do projeto dominante de formação humana na educação física” (PENNA, Adriana M. Sistema confef/crefs: a expressão do projeto dominante de formação humana na educação física. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação. Universidade Federal Fluminense, 2006). Para o grau de aprofundamento exigido naquele momento e em função do objeto de estudo sobre o qual nos debruçávamos à época, não aprofundamos a investigação sobre o documento em questão. Entretanto, não passou despercebida a sua importância que, no nosso entendimento, constitui-se como peça central

O documento em questão, buscou analisar “a contribuição potencial que o esporte pode oferecer para a realização das “Metas de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas (MDMs)¹³”. Pretendeu, também, oferecer uma perspectiva geral do “crescente papel das atividades esportivas em muitos programas das Nações Unidas”. Sobretudo, propôs métodos mais eficientes para a utilização do esporte quando comparados a outros, já postos em prática pelas Nações Unidas¹⁴.

O relatório inclui uma série de orientações que visam ampliar e sistematizar o uso do esporte pelos países empenhados em alcançar as MDMs criando-se, desta forma, ações comprometidas com uma única causa. Ou seja, tem por finalidade reforçar a responsabilidade assumida por todos os “atores” que tenham por objetivo atingir “o desenvolvimento sustentável e a paz” em âmbito mundial¹⁵.

A respeito das especificidades inerentes ao esporte, enquanto elemento necessário à realização das MDMs¹⁶, o relatório discorre sobre os possíveis impactos efetivos ou elementos facilitadores e promotores da “mobilização social”, com capacidade de ação sobre os vários setores da sociedade tais como o da saúde, economia, educação etc.

Ao tratar da maximização dos “aspectos positivos do esporte”, o relatório aponta princípios como “o jogo justo, a cooperação, o compartilhar e o respeito”. Iniciativas que, ao serem estimuladas pela ação do esporte, podem ser naturalmente incorporados pelos indivíduos, passando a constituir habilidades que, segundo o relatório, são indispensáveis à vida. Além disso, quando **“aprendidas por intermédio do esporte ajudam a empoderar os indivíduos e aumentam o bem-estar psico-social, tal como maior resistência, auto-estima e os relacionamentos com outras pessoas”**¹⁷.

No quesito “Esporte e desenvolvimento econômico”¹⁸, o relatório chama a atenção para o fato de que o esporte é tão importante para o desenvolvimento humano, quanto o é para o desenvolvimento da economia. Explica que as atividades econômicas relativas ao esporte

na nova fase da história do esporte sob a ordem imperialista. Nesse sentido, afirmamos que este documento exerceu forte influência na constituição do atual objeto de estudo e que ora apresenta-se neste projeto de pesquisa.

¹³ O Projeto do Milênio foi elaborado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, em 2002, para “desenvolver um plano de ação concreta para que o mundo reverta o quadro de pobreza, fome e doenças que afetam bilhões de pessoas”. Segundo a ONU, este projeto é integrado por “10 Forças-tarefa, seu Secretariado e um amplo leque de participantes do meio acadêmico, do governo, das agências das Nações Unidas, das instituições financeiras internacionais, das organizações não-governamentais, das agências doadoras e do setor privado criaram uma rede mundial de técnicos e especialistas em desenvolvimento de um grande número de países, disciplinas e organizações (Projeto do Milênio das Nações Unidas 2005. Investindo no Desenvolvimento: Um plano prático para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Visão Geral).

¹⁴ ONU, 2003, op. cit., nota 186, p. 3.

¹⁵ Ibid.

¹⁶ As Nações Unidas estabeleceram oito metas que deverão ser alcançadas, com a contribuição de países e entidades parceiras, públicas e privadas, envolvidas com a questão do desenvolvimento e da paz.

¹⁷ Ibid. Grifos nossos.

¹⁸ Ibid.

envolvem, entre outros aspectos, o estímulo à fabricação de produtos esportivos, à promoção de eventos de grande porte, à ampliação do setor de serviços, além do grande interesse que desperta nas corporações midiáticas. Nesta perspectiva, defende que os programas de esportes oferecem oportunidades de emprego, assim como “estimulam a demanda de produtos e serviços”, sendo também “fonte importante de gastos públicos e privados, tais como os gastos em infra-estrutura durante grandes eventos e em consumo”. Defende-se assim, que ao encontrarem-se agregados todos esses elementos, o esporte poderá ganhar um “potencial considerável para iniciar o desenvolvimento econômico”. Visto sob esta perspectiva, além de ser considerado uma “força econômica em si”, o esporte passa, também, a acumular o cargo de “potencial catalisador para o desenvolvimento econômico”¹⁹.

Contrapondo-se às experiências vividas por países que sediaram megaeventos esportivos, o documento da ONU insiste na propaganda hegemônica, como se não houvesse fracassos para os trabalhadores dos países os quais sediaram tais projetos ou prejuízos para os países e cidades sedes.

Afirmamos que as concepções defendidas pelo documento analisado expõem a forma mais avançada dos aspectos ideológicos, políticos e econômicos aliados ao esporte contemporâneo. Trata-se da efetivação dos interesses imperialistas e sua relação com as ações das Nações Unidas. Esta relação nos ajuda a identificar o relatório em questão como o marco no qual podemos apontar uma nova função social delegada ao esporte. Função que, no nosso entendimento, ganha relevância após as circunstâncias que marcaram o 11 de setembro de 2001, aos dias atuais. Pretendemos com estas primeiras observações, desconstruir a ideia que cria um esporte apolítico e neutro, como nos querem fazer acreditar o relatório da ONU. As Nações Unidas representam uma das mais importantes organizações ideológicas do sistema imperialista e que têm demonstrado não ser dotada de tanta autonomia quanto aparenta ter. Suas ações estão cada vez mais submetidas às decisões da Casa Branca²⁰.

O relatório aqui apresentado esclareceu a forma pela qual a ONU assume a ideologia dominante dos direitos humanos as quais, juntas (ONU e direitos humanos), se “tornaram hoje em dia instrumentos da estratégia geral da potência hegemônica”²¹.

¹⁹ Ibid. p. 8-9.

²⁰ Sobre este último aspecto Atilio Boron (2002) chama-nos a atenção para o fato de que as Nações Unidas, “por seu burocratismo e natureza elitista, são uma organização destinada a respaldar os interesses dos grandes poderes imperialistas, e muito especialmente os dos Estados Unidos”. O autor lembra-nos que (apenas como um exemplo, entre tantos outros possíveis), após o atentado às Torres Gêmeas e ao Pentágono, Washington decidiu pela necessidade de invadir o Iraque, passando sobre as decisões do Conselho de Segurança da ONU.

²¹ Sobre os direitos humanos Perry Anderson (2003, op. cit., Grifo nosso.) alerta que a declaração que os trouxe ao mundo, em 1789, “foi uma das grandes proezas políticas da revolução francesa. Mas, como era de esperar, a esta noção – fruto da ideologia de uma grande revolução burguesa – faltava uma base filosófica que a sustentasse. O direito não é um fenómeno antropológico: é um conceito jurídico, que não tem significado fora de um marco legal que institui tal ou tal direito em um código de leis. Não pode haver direitos humanos em abstracto – ou seja, transcendente respeito a qualquer estado concreto, sem a existência de um código de leis. **Falar de direitos humanos como se estes pudessem preexistir mais além das leis que lhes dariam vida – como é comum – é uma**

3 - Políticas de esporte no Brasil: constatações e tendências

Assistimos a desde o início da primeira gestão do governo Lula da Silva, em 2003, a um grande apelo ao uso do esporte apontado como ferramenta poderosa da inclusão social de crianças e jovens. O discurso do governo, a este respeito, construiu-se na defesa da aproximação dos jovens com as práticas esportivas, a fim de afastá-los da criminalidade e da marginalidade de um modo geral. Neste sentido, o governo criou o Ministério do Esporte, com o objetivo de ampliar as políticas voltadas à organização de projetos que pudessem preparar, sob a sua concepção, futuros vencedores. A aparente preocupação do Ministério do Esporte concentrava-se em criar condições nas quais o esporte pudesse equacionar problemas históricos, tais como a miséria, a fome, o baixo rendimento e a evasão escolar, além do controle do avançado grau de violência no país etc.

A construção da “Política Nacional do Esporte”, segundo o próprio Ministério do Esporte, inaugura “o Sistema Nacional do Esporte e Lazer, com eixos em políticas nacionais de gestão participativa e controle social, de recursos humanos e de financiamento”²². Tanto o desenvolvimento, como a implantação da Política Nacional do Esporte do governo Lula, seguiram o balizamento dado pelos organismos de financiamento internacionais. Sobretudo, seguiram as orientações contidas no relatório da ONU, acima citado²³.

Sob esta perspectiva, o estado e seus parceiros nos negócios do esporte, tais como ONGs (Organizações não governamentais), fundações, institutos, organizações sociais, empresas privadas etc., passaram a defender a ideia do desenvolvimento do esporte social e educacional, além do esporte para o desenvolvimento econômico. Defendem que, através destas iniciativas, seria possível criar a abertura de milhares de postos de trabalho, além de promover a inclusão de milhares de crianças e jovens que, segundo os próprios dados oficiais, encontram-se em situação de risco. O mote do governo, em grande parte financiado pela iniciativa privada, através das políticas público-privadas (PPPs), sustenta que a prática do esporte representa uma oportunidade eficaz na qual os indivíduos estariam integrados à sociedade incorporando, desta forma, o espírito do cidadão.

Desde os primeiros projetos do Ministério do Esporte já se dava grande importância às PPPs. Esta política ganhou força, sobretudo, a partir de 2007, quando fora sancionada a “Lei de

mistificação. Foi por isso que o pensador utilitarista clássico, Jeremy Bentham, as denominou “asneiradas de grande calibre” e Marx, cuja opinião acerca de Bentham não era muito elevada, neste ponto deu-lhe toda a razão, sem hesitar em o citar a tal propósito”

²² BRASIL. Ministério do Esporte. *Uma política nacional de esporte*. Disponível em: <http://www.esport.gov.br/boletim_politica_nacional.asp> Acesso em: 05 dez. 2004.

²³ Para uma discussão mais aprofundada sobre os primeiros anos da “Política Nacional do Esporte”, iniciada no primeiro governo Lula, em 2003, ver: PENNA, Adriana M. *Sistema confef/crefs: a expressão do projeto dominante de formação humana na educação física*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

Incentivo ao Esporte” (LIE) ²⁴. Desde então, é possível a integração aos projetos do Ministério do Esporte através de doações ou patrocínios.

Sobre a importância da política de parcerias público privadas, o governo parece ter, recentemente, recebido lições bastante apropriadas quando, em outubro de 2010, o ex-primeiro-ministro britânico Tony Blair foi o convidado de honra durante um seminário internacional que aconteceu em São Paulo²⁵.

O convite tomou por justificava a alegação de Tony Blair ser um dos grandes responsáveis tanto pela vitória, quanto pela preparação de Londres para sediar os Jogos Olímpicos de 2012. Blair deu conselhos e falou sobre os desafios e oportunidades que o Brasil terá pela frente no que se refere ao planejamento e à execução de políticas públicas e obras para viabilizar a Copa do Mundo de Futebol, em 2014 e os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, em 2016.

Entre outras questões, ao falar sobre “governança e parceria com a iniciativa privada” Blair advertiu que o Brasil deverá estar pautado por metas claras na condução dos megaeventos esportivos, além de fomentar parcerias público-privadas e de abrir linhas de financiamento público, em obras que exigem grande volume de investimento. Sobre isto, disse ser necessário uma combinação das duas fontes (pública e privada), mas **“o setor público tem de ser o selo garantidor”**. Neste sentido, afirmou: “Vocês têm que ter foco nos resultados e compromissos com os gastos. Devemos mostrar que podemos chegar com tudo pronto no tempo certo”. Blair

²⁴ BRASIL. Presidência da República – Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos A Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438, de 26 de dezembro de 2006), resolve que, a partir de 2007, com término em 2015, “poderão ser deduzidos do imposto de renda devido, apurado na Declaração de Ajuste Anual pelas pessoas físicas ou em cada período de apuração, trimestral ou anual, pela pessoa jurídica tributada com base no lucro real os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte”. No que se refere à pessoa física, a dedução é de 1%, já sobre a pessoa jurídica a dedução é de 6% de imposto devido na Declaração de Ajuste Anual. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11438compilado.htm. O Ministério do Esporte realizou no dia 1º de julho de 2010, em São Paulo, a primeira cerimônia de entrega do Prêmio Empresário Amigo do Esporte, que teve como objetivo comemorar três anos da Lei de Incentivo ao Esporte (LIE). Segundo informações contidas no próprio *site* do Ministério do Esporte, são uns de seus principais parceiros: Banco Bradesco; Bando Itaú; Grupo Petrobras; Grupo OI; Brose do Brasil; Banco do Nordeste; Grupo Gerdau; Grupo Usiminas; Grupo Votorantim; Tigre S.A Tubos e Conexões; Grupo CPFL Energia; Grupo Vale; Grupo Telefônica, entre outros. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/leilncentivoEsporte/listaVencedores.jsp>>. Acesso em: 1º de out. de 2010.

²⁵ SEMINARS. Tony Blair resume em cinco lições as diretrizes para a realização da Copa do Mundo 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. 26 de outubro de 2010. O seminário foi realizado pela SEMINARS e promovido pelo LIDE**. O mesmo ocorreu no dia 26 de outubro, em São Paulo. Tony Blair falou para mais de 650 empresários, autoridades políticas e esportivas. “A Seminars é uma empresa resultado da associação do Grupo Doria Associados, comandado por João Doria Jr., e a Maior Entretenimento, presidida por Sergio Waib, que faz parte do Grupo ABC. Tem como objetivo desenvolver o mercado de palestras, seminários e workshops nas áreas de negócios, política, economia e tecnologia”. “Fundado em junho de 2003, o LIDE - Grupo de Líderes Empresariais completou em 2010 sete anos de atuação, registrando crescimento de 600%. Atualmente são 650 empresas associadas (com os braços regionais), que representam 44% do PIB privado nacional. O objetivo do Grupo é difundir e fortalecer os princípios éticos de governança corporativa no Brasil, promover e incentivar as relações empresariais e sensibilizar o apoio privado para programas comunitários. Para isso, são realizados inúmeros eventos ao longo do ano, promovendo a integração entre empresas, organizações, entidades privadas e representantes do poder público, por meio de debates, seminários e fóruns de negócios”. Disponível em <<http://seminars.com.br/news.php?id=17>> Acesso em: 12. jan. 2011.

acrescentou, ainda, que os governos precisam tratar com responsabilidade os recursos públicos “a fim de garantir a execução de 100% das obras”²⁶.

De fato, se observarmos atentamente, o governo brasileiro, desde 2007, ano em que o Rio de Janeiro sediou os Jogos Panamericanos, vem colocando em prática grande parte das orientações feitas agora por Blair. Ao fim daquele megaevento já se podia constatar que os gastos do governo haviam ultrapassado, em muito, os anúncios oficiais. Previa-se, inicialmente, um gasto em torno de 50% dos custos totais das obras e dos investimentos envolvidos nos jogos, sob a alegação de que os custos maiores seriam da iniciativa privada. Diferentemente disto, o montante de recursos chegou à soma de R\$ 1, 284 bilhão, quase dez vezes mais que o previsto inicialmente²⁷.

Importante chamar a atenção aqui para a questão fiscal. Desde a promulgação da Constituição de 1988 o Tribunal de Contas da União (TCU²⁸) ficou responsável pelo controle dos gastos estaduais e municipais. A reforma político-administrativa do estado brasileiro, levada adiante a partir do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, consolidou as políticas e o ideário neoliberal no Brasil de minimização das responsabilidades do estado e transferência dos serviços essenciais, que deveriam ser prestados pelo setor público, tais como saúde, educação, transporte, segurança etc., para a guarda do mercado.

Tal perspectiva ganhou vulto com a ascensão de Lula da Silva ao governo federal. No entanto, comprovando a necessidade histórica que o capital tem junto às ações do Estado, o estabelecimento de um megaevento, tal como foram os Jogos Panamericanos, foi o suficiente para que o discurso dominante em defesa do controle dos gastos públicos caísse por terra, se sobrepondo a ele as medidas do TCU. Medidas estas que têm por finalidade um controle abstrato destes gastos, mas que, ao fim e ao cabo, por ser abstrato, os legitimam, como pudemos verificar na realização dos jogos de 2007.

Em proporções muito maiores, o mesmo já se pode constatar em relação aos gastos para a Copa de 2014. A promessa do governo federal de que o uso do dinheiro público com estádios e infraestrutura seria mínima, já vem se revelando como um discurso falso. Assim, já se pode afirmar que “A Copa do Mundo da iniciativa privada ruiu”²⁹.

²⁶ Ibid. grifos nossos.

²⁷ NOZAKI; PENNA, 2007, op.cit.

²⁸ BRASIL. Tribunal de contas da União. A constituição federal de 1988 conferiu ao TCU o papel de auxiliar o congresso nacional no exercício do controle externo. As competências constitucionais privativas do Tribunal constam dos artigos 71 a 74 e 161. Além das atribuições previstas na Constituição, várias outras têm sido conferidas ao Tribunal por meio de leis específicas. Destacam-se entre elas, as atribuições conferidas ao Tribunal pela Lei de Responsabilidade Fiscal, pela Lei de Licitações e Contratos e, anualmente, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias. Disponível em: http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/institucional/conheca_tcu/institucional_competencias/competencia_s.pdf. Acesso em: 02 .mar. 2011.

²⁹ RANGEL, Sérgio. Mundial terá 98,5% de dinheiro público. Folha de São Paulo, 27 de fevereiro de 2011, seção de esporte, p. D 10.

Um relatório produzido pelo o TCU demonstrou que os cofres públicos arcarão com 98,56% dos R\$ 23 bilhões orçados inicialmente para a Copa do Mundo de 2014. Segundo o relatório, a maior parte das verbas virá de dois bancos públicos – Caixa Econômica Federal e o BNDES – e da Infraero, empresa estatal responsável por administrar os aeroportos do país. “Juntas as três empresas investirão uma quantia próxima aos R\$ 16,5 bilhões até a abertura da Copa”³⁰.

Do montante acima, a Caixa Econômica Federal irá repassar R\$ 6,6 bilhões aos governos estaduais e municipais, com o objetivo de financiar as obras de mobilidade urbana nas 12 cidades-sedes. O BNDES investirá R\$ 1,2 bilhão em mobilidade urbana e R\$ 3,6 bilhões em construção de arenas. Já a Infraero assumirá um gasto próximo aos R\$ 5,1 bilhões, que serão utilizados nas reformas de ampliação de muitos aeroportos do país. Não há, porém, uma estimativa de quanto o governo irá gastar de dinheiro público com a segurança durante o Mundial³¹.

Consta ainda do relatório o investimento da iniciativa privada para a Copa de 2014. Este se aproxima dos R\$ 336 milhões, ou seja, apenas 1,44% do total dos gastos com o mundial até o momento apresentado pelo governo. Como vimos acima, o orçamento atual está em R\$ 23 bilhões, porém, ao se repetir o fenômeno do Panamericano, que teve majorado em dez vezes o seu orçamento inicial, este valor também poderá sofrer grandes alterações, como já vem ocorrendo e sendo apontado pelo próprio TCU. O estudo ainda aponta que estes recursos da iniciativa privada são inferiores a 10% do total que será utilizado pelo BNDES, apenas para financiar os projetos de construção e reformas de arenas³².

O TCU afirmou que os custos estimados para a construção e reformas de apenas 12 estádios da Copa do Mundo de 2014 já alcançaram o montante de R\$ 4,1 bilhões. Este valor representa 57,6% acima do orçamento inicial, que era de 2,6 bilhões, há pouco mais de um ano, levando-se em conta os mesmos estádios³³.

Dentre os 12 estádios aquele que tem um gasto proporcionalmente mais elevado que o previsto inicialmente é o estádio Fonte Nova, em Salvador. Este teve sua estrutura original implodida em agosto de 2010. A expectativa inicial de gasto para a sua reforma era de R\$ 591,7 milhões, porém, já há uma estimativa de superdimensionamento próximo a R\$ 1,6 bilhão. Ou seja, 171% a mais que o projeto inicial³⁴.

Muitos orçamentos foram encerrados sem a conclusão dos projetos, como no caso do estádio do Maracanã, na Cidade do Rio de Janeiro. O Relatório realizado pelo TCU para acompanhar o

³⁰ Ibid.

³¹ Ibid.

³² Ibid.

³³ Ibid.

³⁴ BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Clipping Seleção de Notícias. Bola fora nas obras da copa. 10 de fevereiro de 2011. Disponível em: <<http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2011/2/10/bola-fora-nas-obras-da-copa>> Acesso em: 4 mar. 2011.

empréstimo do BNDES ao governo do Rio de Janeiro, para a reforma do Maracanã, identificou pendências em relação ao estudo de viabilidade econômica da arena e à descrição dos projetos de intervenção no entorno, com os respectivos orçamentos, bem como indícios de graves irregularidades no processo licitatório de contratação da obra. O plenário do TCU determinou ao BNDES que informe o prazo e as medidas que estão sendo tomadas com o governo do estado para sanar as falhas e irregularidades encontradas³⁵.

Ainda, segundo o relatório do TCU, as obras de mobilidade urbana também apresentam falhas, atrasos e estouro no orçamento. Em São Paulo, os Ministérios Públicos Federal e Estadual recomendaram ao governo estadual “a suspensão da concorrência internacional para a construção do Monotrilho, uma obra de R\$ 2,86 bilhões”. O motivo da recomendação foi a inexistência de projeto básico.

O mesmo problema ocorreu em Manaus, onde o governo do estado lançou o projeto do Monotrilho “que integra o anel viário Norte-Oeste, com orçamento de R\$ 1,32 bilhão”. Os Ministérios Públicos Federal e Estadual apontaram deficiências no projeto básico. “A Controladoria-Geral da União (CGU) emitiu nota técnica” que demonstra a inviabilidade do projeto em razão dos altos custos e do risco de a conclusão não ocorrer antes da Copa.

Os projetos do Corredor Norte-Sul e do *Bus Rapid Transit* (BRT), em Fortaleza, tiveram que ser alterados porque, segundo o relatório, os valores das desapropriações extrapolaram excessivamente os estimados inicialmente.

No caso de Belo Horizonte, o TCU afirma não haver fonte de recursos definidas para as obras do BRT, “inicialmente previstas em R\$ 1,25 bilhão”. Demonstrou que o estado e o município não têm recursos disponíveis para uma eventual contrapartida. O Ministério das Cidades também alega que não existe previsão orçamentária para o projeto.

Já no Recife, na maior obra de mobilidade urbana, no Corredor Via Mangue, avaliado em R\$ 354 milhões, “o Tribunal de Contas do Estado apontou falhas no projeto básico, com problemas nas plantas, nos traçados e nos orçamentos, o que torna impossível a estimativa com precisão do custo total da obra”. O seu término está previsto para julho de 2013.

Em Natal, a licitação para o eixo que integra o novo aeroporto com a Arena Dunas e o setor hoteleiro, “no valor de R\$ 293 milhões”, está paralisada por decisão judicial em consequência de recursos de um consórcio³⁶.

O contexto acima demonstra bem a disputa em torno da segurança que o estado brasileiro pode dar ao mercado do esporte, além das garantias do equilíbrio das taxas de lucro oferecidas ao capital privado. Não por acaso, o Governo Federal montou um grande aparelho de agenciamento do

³⁵ Ibid.

³⁶ Ibid.

capital para cuidar especificamente dos negócios olímpicos no Brasil. Trata-se da aprovação da medida provisória, pelo Senado Federal, no dia 1º de março de 2011, criando a Autoridade Pública Olímpica (APO). A entidade será responsável por “coordenar a participação da União, do Estado do Rio de Janeiro e do município do Rio na preparação e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016”³⁷.

A APO seria, segundo a proposta original feita pelo Governo Federal, a instância máxima no organograma olímpico. Porém, mediante pressão dos grupos dirigentes dos governos do Estado e da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, a entidade foi reduzida, no Congresso Nacional, a funções básicas de fiscalização de obras e deverá se reportar ao Conselho Público Olímpico. Desta forma, teve seus poderes minimizados dentro da disputa interna no PMDB e no núcleo do governo de Dilma Rousseff. O projeto inicial instalava 484 cargos na entidade, os quais, durante o processo de disputa fisiológica foram reduzidos a apenas 181³⁸.

Na Câmara dos Deputados, casa legislativa que apreciou o texto antes do Senado, os parlamentares “derrubaram artigos que estabeleciam um regime diferenciado de licitação para os projetos, isentando-os do cumprimento de regras previstas na lei de licitações”³⁹.

Desde o início de seu mandato, a presidente Dilma Rousseff havia convidado o ex-presidente do Banco Central para ocupar o controle da entidade. Porém, tendo em vista as pressões políticas que levaram a autarquia a ter os seus poderes significativamente reduzidos, Meirelles expressou, inicialmente, dúvidas em aceitar tal convite, pelo fato de ver fatiado o poder que, originalmente, ficaria apenas em suas mãos, tal como acumulara durante os oito anos de mandato no Banco Central.

Superada as primeiras insatisfações, Meirelles sabe que representa os interesses de *Wall Street* no Brasil, portanto, não poderia recusar a manutenção do controle que já vinha exercendo nos dois mandatos do governo Lula da Silva. “A lei aprovada no Congresso dá a ele estabilidade no posto, de onde somente sai na hipótese de uma eventual renúncia ou por decisões judiciais e administrativas tomadas em caráter definitivo. Assim, Meirelles não pode ser tirado do cargo por decisão estritamente política”⁴⁰.

Ao que tudo indica, será reproduzida na APO, criada no governo Lula da Silva, a mesma blindagem dos quadros dirigentes responsáveis pela manutenção da política de estabilidade

³⁷ BORGES, Laryssa. Senado aprova MP que cria autoridade olímpica. Portal Terra, 1º de março de 2011. Disponível em <<http://esportes.terra.com.br/rumo-a-2012/noticias/0,,OI4968861EI17322,00Senado+aprova+MP+que+cria+Autoridade+Publica+Olimpica.html>> Acesso em 4 de março de 2011.

³⁸ CRUZ, Valdo; NERY, Natuza; COUTINHO, Felipe. Autoridade olímpica será comandada por Meirelles. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 3 de março de 2011, Folha.com - esporte. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk0303201112.htm>> Acesso em: 5 de março de 2011.

³⁹ Ibid.

⁴⁰ Ibid.

monetária para a boa governança⁴¹, implementada e aprofundada pelo Banco Central. Blindagem esta que se estenderá desde o primeiro mandato de Meirelles na APO, que deverá ir até 2015, podendo ser renovado, a depender das necessidades de gerenciamento do capital.

Fica montada então a estrutura político-administrativa exigida pelo COI e acatada pelo Brasil desde a candidatura do Rio de Janeiro para sediar os jogos de 2016. Meirelles, não só fez parte da comitiva brasileira à Copenhague, dia 2 de outubro de 2009, como também foi um dos responsáveis na defesa da candidatura do Rio de Janeiro, em disputa com Tóquio, Madri e Chicago, para “transmitir confiança aos membros do Comitê Olímpico Internacional (COI)”⁴².

Estruturas como as apresentadas acima dão materialidade à ampliação do mercado esportivo e à expansão da iniciativa privada que, juntamente aos veículos de comunicação em massa, têm sido os grandes responsáveis pela naturalização e fortalecimento da ideologia dos novos heróis nacionais⁴³. Sua função é gerar a imagem de um esporte salvacionista, forte e desconectado de qualquer influência política e/ou econômica ou de pertencimento de classe.

Transformado numa espécie de alavanca social o esporte é associado à força de vontade individual, devendo funcionar como num passe de mágica, estimulando àqueles que desejem sair da pobreza e conquistar a fama. Ou seja, governo, grandes empresas multinacionais, juntamente à mídia, encobrem os elementos que determinam e que são determinados por uma totalidade muito

⁴¹ BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008. Discurso do presidente do BC no II Seminário de Boa Governança do SFN. 05 de setembro de 2008. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/pec/appron/Apres/Pronunciamento_presidente_BC_05-09-08.pdf>. Acesso em 05 de fevereiro de 2011. Em pronunciamento feito em setembro de 2008, no seminário promovido pelo Banco Central, denominado “Boa Governança no Sistema Financeiro Nacional”, Henrique Meirelles se utilizou da definição do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa para reforçar a concepção de governança do Banco Central: “o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas/cotistas, conselho de administração, diretoria, auditoria independente e conselho fiscal. As boas práticas de governança corporativa têm a finalidade de aumentar o valor da sociedade, facilitar seu acesso ao capital e contribuir para a sua perenidade”. Ao final do seu pronunciamento Meirelles deixa bem claro a natureza da gestão autônoma que o capital implementou no governo Lula da Silva, através das instituições financeiras: “Como mensagem final, quero ressaltar que a estabilidade monetária e institucional e o esforço não apenas do Banco Central, mas também dos demais órgãos reguladores, incluindo a Comissão de Valores Mobiliários, a Secretaria de Previdência Complementar e a Susep, bem como as iniciativas de instituições de classe e de mercado, como o Novo Mercado implementado pela Bovespa, e ainda nossa crescente maturidade empresarial num mundo cada vez mais globalizado, permitiram que avançássemos significativamente nos últimos anos em direção às melhores práticas de governança, convergindo gradualmente para o padrão das economias mais avançadas. Sem dúvida temos que continuar avançando mais e sempre, e esse é o nosso objetivo”.

⁴² O GLOBO ONLINE. Meirelles diz que país tem condições econômicas para sediar Olimpíada, 1º de outubro de 2009. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/rio/rio2016/mat/2009/10/01/meirelles-diz-que-pais-tem-condicoes-economicas-para-sediar-olimpiada-767866120.asp>>. Acesso em: 05. Mar. 2011.

⁴³ Ex e atuais atletas, atores, músicos, escritores, vêm se constituindo como referências nacionais e internacionais. Muitos deles atuam como embaixadores da ONU e UNICEF, a exemplo de Ronaldo, “o fenômeno. Outros ocupam cargos eletivos, tanto no executivo, como no legislativo de suas nações, a exemplo do jogador de futebol Romário que foi embaixador da FIFA, na candidatura do Brasil para sediar o Mundial de 2014, sendo eleito no último pleito, em 2010, Deputado Federal, juntamente com o boxer Popó e o palhaço Tiririca. Outros exemplos, como o músico Gilberto Gil, ex-ministro da Cultura, no primeiro governo Lula e também os ex-atores Ronald Reagan e Arnold Schwarzenegger que, respectivamente, ocuparam os cargos de presidente dos EUA e governador da Califórnia. Ainda, no Brasil, o escritor Paulo Coelho, de fama internacional, compôs a comitiva brasileira em Copenhague, na escolha do Rio de Janeiro como sede dos jogos de 2016.

mais ampla e complexa, responsável por gerar o avanço da pobreza (sob vários aspectos) e da alienação de sujeitos, nas formas básicas de sua sobrevivência.

3.1 - Megaeventos esportivos no Brasil sob o imperialismo contemporâneo

Os argumentos constitutivos do discurso e da ideologia dominantes trazem em si a defesa da “racionalidade técnica”⁴⁴ e da eficiência produtiva, ambos incorporados pelo esporte. Os discursos em defesa do esporte espetáculo, do esporte dos grandes negócios e do *marketing* buscam apoio nesta racionalidade, ganhando abrangência mundial.

A nosso ver, ao emergir desta e para esta racionalidade, o esporte poderá cumprir um novo papel nesta formação social, integrando o espaço que Marcuse denomina como o lugar da “nova forma de controle social”. Sob este novo controle, destacamos a submissão da sociedade às novas formas de divisão social do trabalho, frente ao desenvolvimento e comando dominante da “estrutura e eficiência técnicas”⁴⁵, na qual incluímos o controle da própria produção científica e acadêmica voltada às ciências esportivas.

O comando exercido pelo fenômeno esportivo na atualidade, ou melhor, pela sua forma mais avançada, o mercado esportivo globalizado, faz-se presente sob inúmeras formas eficientes de controle social. É dentro desta lógica que identificamos o esporte integrado à criação da estrutura de um consenso alienante, sob o qual se dissemina a “própria personificação da Razão para o bem de todos os grupos e interesses sociais – **a tal ponto que toda contradição parece irracional e toda a ação contrária parece impossível**”⁴⁶.

Queremos reforçar a concepção na qual, o controle social exercido pelo esporte é uma realidade que se expande junto às ações de governos, organismos internacionais, comunidades científicas, megacorporações, entre outras instituições, sem nos esquecermos do papel decisivo da mídia.

Localizamos, assim, a concepção dominante de esporte junto ao que Marcuse chamou do “caráter racional da sua irracionalidade”⁴⁷. Sob esta perspectiva, o esporte responde aos ditames da ciência burguesa que, se por um lado o descontextualiza frente a sua própria história, por outro legitima os investimentos direcionados ao mercado esportivo o qual cumpre o seu papel frente a necessidade de absorção de excedentes de capital.

Neste sentido, o mercado esportivo passa a representar uma opção eficiente para as grandes quantias de capital, as quais têm a oportunidade de agir pelo processo de combinação ou de migração para novos e distintos setores, a exemplo do que tem ocorrido com o setor de serviços.

⁴⁴ MARCUSE, 1982.

⁴⁵ Ibid. p. 30.

⁴⁶ Ibid. Grifos nossos.

⁴⁷ Ibid. p. 29.

Estes métodos passam a compor um quadro complexo no qual se abrem as condições para o mascaramento dos antagonismos de classes via diluição da consciência da classe trabalhadora, para o exercício do domínio de classe com todas as suas consequências. Vivemos, portanto, mais um intenso período de alienação do homem, rumo ao novo ordenamento das relações capitalistas.

Aqui, iremos explicitar como a ideologia dominante, formulada para levar adiante os projetos ligados ao esporte, vem se materializando no Brasil. É fato que o mesmo governo que propaga a chegada dos megaeventos no Brasil, também é o responsável pela exposição da classe trabalhadora às ameaças constantes da violência de estado. Violência que se expressa sob diversas formas, entre elas pelas políticas da higienização urbana e pela associação da pobreza à criminalização e à periculosidade⁴⁸, instrumentos que objetivam a promoção de políticas de segurança falaciosas e midiáticas. Na contemporaneidade, como afirma Coimbra, a ligação entre pobreza e periculosidade vem sendo realimentada, em particular pela “política de tolerância zero” e dos choques de ordem⁴⁹.

As remoções de comunidades numerosas têm sido feitas com base no resgate da concepção higienista, presente no Brasil desde o final do século XIX, início do século XX, em nome do desenvolvimento urbano e da ordem social. Hoje, porém, o mote desta concepção se fundamenta na necessária adequação das cidades sede da Copa de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 à modernidade, em troca dos supostos benefícios trazidos à cidade. Dizemos supostamente, tendo em vista que os benefícios, quando ocorrem, têm por endereço as grandes empreiteiras, a especulação imobiliária e o setor de serviços de um modo geral. Todos estes se beneficiam dos recursos públicos aplicados para a reforma e construção da infraestrutura urbana. Extraem mais-valor do novo aparato urbano que privilegiam as concessionárias públicas de transporte, comunicação, limpeza urbana, saneamento, cujo primeiro impacto sobre os trabalhadores é o aumento das tarifas destes serviços públicos essenciais. Aumentos que pouco são notados pela pequena e média burguesia, já que estas fazem parte da parcela beneficiada pela modernização destes serviços.

⁴⁸ COIMBRA, Cecília M^a Bouças. Direitos humanos e criminalização da pobreza. Trabalho apresentado na mesa-redonda “Direitos humanos e criminalização da pobreza”, realizada no I Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje, realizado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro em outubro de 2006. Neste estudo Coimbra afirma que o fenômeno da associação da pobreza à periculosidade é resultado de um processo que fora construído e fortalecido ao longo de todo o século XX, entrando a todo vapor e com novas máscaras neste século XXI. Coimbra demonstra como vem se constituindo, desde o século XIX, entre as elites brasileiras, os discursos que alimentam o dispositivo da periculosidade e sua relação com a pobreza. Desenvolve a sua análise em duas direções. Na primeira, demonstra os vários discursos que se pautam em algumas teorias ditas científicas. Na segunda, ao ganhar relevo os discursos da periculosidade nos espaços públicos, a autora demonstra como vêm sendo pensado e reordenados os espaços urbanos, em particular no Rio de Janeiro, desde o início do século XX, com a política higienista do prefeito Pereira Passos, entre 1902 e 1906. Desta forma, faz uma análise de como vem sendo fortalecidos os chamados territórios perigosos, os espaços onde vive a pobreza.

⁴⁹ Ibid.

Reforçamos que, por não se tratar de um exemplo típico da reurbanização do Brasil, é importante chamarmos a atenção para a evidência do aprofundamento da desigualdade em outros centros urbanos, em decorrência do investimento público na infraestrutura das cidades sede de megaeventos esportivos. Prova disso pôde-se constatar na Copa do Mundo de 2010, na África do Sul. O governo daquele país divulgou inicialmente um gasto de 8,4 bilhões de rands (cerca de R\$ 2,15 bilhões) para a construção dos 10 estádios que abrigariam o Mundial e para a reestruturação da infraestrutura das cidades sede. Estes cálculos, ao final da preparação do evento, ultrapassaram a quantia dos 16 bilhões de rands (cerca de R\$ 4,15 bilhões), o dobro do cálculo inicial, segundo números oficiais das províncias sedes⁵⁰.

Os altos investimentos públicos foram exclusivamente direcionados para a ornamentação das cidades que seriam o centro da atenção do mundo com o início do Mundial. Tanto que a população do centro da Cidade do Cabo, por exemplo, que já se encontrava sob condições de intensa pobreza, foi removida para a periferia, a uma distância de cerca de 30 km do novíssimo estádio Green Point⁵¹. O assentamento improvisado de Blikkiesdorp está separado da Cidade do Cabo pela enorme pista do novo aeroporto local, de modo que:

Parece feito sob medida para não ser visto pelos milhares de torcedores que rumarão direto do terminal de desembarque para as muitas atrações da cidade mais turística do país da Copa [referindo-se a Cidade do Cabo]. Para seus 3.000 residentes, a Copa do Mundo é uma maldição. Por causa dela, dizem, foram removidos das áreas centrais da cidade e jogados no que chamam de 'depósito de gente', ou 'campo de concentração'. O local é cercado por grades. Os moradores vivem em barracos de zinco de 18 m², em que o forro do teto é feito de plástico-bolha e o piso é um adesivo imitando lajotas. As paredes, de tão finas, podem ser cortadas por tesouras e oferecem proteção mínima contra o frio e a chuva. No verão, o lugar queima. 'Me disseram que eu iria para um abrigo temporário. Estou aqui até hoje', diz Andrew Maqoyie, 33, que era morador de rua na região do estádio. Ele foi retirado de lá em 2007, quando a arena começou a ser construída. Muitos moravam de maneira precária no centro, em casas abandonadas ou nas calçadas, mas agora, dizem, a vida piorou. Além de dividirem latrinas e tomarem banho de balde, estão longe de oportunidades de emprego. Marietta Monagiee diz que vivia no bairro central de Woodstock. Trabalhava como cozinheira numa sinagoga em Sea Point, também na área central. Após ser transferida para Blikkiesdorp, tentou manter o emprego por uma semana, mas desistiu⁵².

⁵⁰ PERETTI, Felipe. Estádios 2010 custam quase o dobro do previsto. Portal 2014, África do Sul, 29 de abril de 2010. Disponível em: <<http://www.copa2014.org.br/copadomundo2010/noticias/2668/ESTADIOS+DE+2010+CUSAM+OUASE+O+DO+BRO+DO+PREVISTO.html>>. Acesso em: 18. dez. 2010.

⁵¹ O Green Point, na Cidade do Cabo, foi o estádio que demandou maior custo aos cofres públicos. Com orçamento inicial de 1,2 bilhão de rands (R\$ 307 milhões), servindo a oito jogos do Mundial, foi finalizado com 4,5 bilhões de rands (R\$ 1,15 bilhão), quase quatro vezes mais caro que o previsto (Ibid.).

⁵² ZANINI, Fábio. Pobres do centro da Cidade do Cabo são removidos para a periferia. Folha de São Paulo. São Paulo, 8 de junho de 2010, Folha.com - esporte. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/747228-pobres-do-centro-da-cidade-do-cabo-sao-removidos-para-periferia.shtml>>. Acesso em: 15 out. 2010.

Trazendo a discussão para a realidade brasileira, vale registrar que, segundo a relatora especial da ONU para direito à moradia adequada, Raquel Rolnik⁵³, apenas na cidade do Rio de Janeiro há uma estimativa apontando para sessenta comunidades demolidas e removidas .

Desde setembro de 2010, centenas de famílias que vivem no Recreio dos Bandeirantes, na cidade do Rio de Janeiro, passaram a ter suas vidas ainda mais ameaçadas com as notificações para se retirarem de suas casas por conta das obras da “TransOeste”⁵⁴. Os moradores das 16 comunidades que serão demolidas fizeram denúncias de que a “Subprefeitura da Barra da Tijuca e Jacarepaguá só está disposta a indenizá-los com valores abaixo dos das casas oferecidas para a remoção, que ficam em Campo Grande”⁵⁵.

As casas que supostamente serão entregues às comunidades removidas fazem parte do programa “Minha casa, minha vida”⁵⁶ e juntas somam o valor de R\$ 51 mil. Os moradores afirmam que, com os valores da indenização, oferecidos pelas suas atuais residências, ficariam devendo suas novas casas para o resto de suas vidas. Os moradores ainda denunciaram o descaso do governo com o prazo de entrega das notificações para as demolições. A subprefeitura “estaria entregando notificações como prazo de cinco dias para a retirada. Algumas residências já tiveram a fachada marcada com tinta”⁵⁷.

No dia 3 de novembro de 2010, moradores de uma comunidade próxima ao estádio do Maracanã, na cidade do Rio de Janeiro, organizaram-se para resistir à ação de despejo da prefeitura. Estava programada uma intervenção, com tropa de choque e funcionários da Comlurb. No entanto, as 800 famílias conseguiram evitar a remoção. A ação seria feita sem qualquer ordem judicial e as 800 moradias e os cerca de 100 estabelecimentos comerciais seriam derrubados à força⁵⁸.

Em Belo Horizonte, “cerca de 2.600 famílias moradoras da Vila da Luz e da Vila da Paz, estão sendo ameaçadas de remoção”. A justificativa dada se apóia na necessidade urgente de revitalização e adequação do Anel Rodoviário. O projeto, que já foi orçado em cerca de R\$ 800 milhões, não prevê recursos para remoção e reassentamento da população envolvida. Teve, por este motivo, o seu edital anulado pelo TCU, “em 19 de agosto de 2010, que alegou irregularidades correspondentes a um sobre preço de cerca de R\$300 milhões”⁵⁹.

⁵³ Raquel Rolnik é Relatora Especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU para o Direito à Moradia Adequada.

⁵⁴ A “TransOeste” será um corredor expresso de 32 quilômetros de extensão com o objetivo de ligar a Barra da Tijuca a Santa Cruz (ambos também bairros da cidade do Rio de Janeiro). A estimativa feita pelo governo municipal é de que as obras ficarão prontas em 2012.

⁵⁵ WERNECK, Ana Clara. Remoção assusta moradores. *Jornal Extra*. Geral, 20 de setembro de 2010, p. 5.

⁵⁶ O Programa Minha Casa Minha Vida faz parte da Política Nacional de Habitação (PNH), do Ministério das Cidades, criado no dia 1º de janeiro de 2003. BRASIL. Ministério das Cidades.

⁵⁷ WERNECK, Ana Clara, 2010, op. cit.

⁵⁸ RELATORIO ESPECIAL DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU PARA À MORADIA ADEQUADA: Copa 2014 em BH: 2.600 famílias na rua? Notícia veiculada em: 09 de setembro de 2010. Disponível em: <<http://direitoamoradia.org/pt/noticias/blog/megaeventos/belo-horizonte/2010/09/15/copa-2014-em-bh-2-600-familias-da-rua/>>. Acesso em: 03. Out. 2010.

⁵⁹ Ibid. Notícia veiculada em: 25 de agosto de 2010.

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) havia apresentado uma notificação aos moradores “com o prazo de 15 dias para que se retirassem do local e sem apresentar qualquer alternativa”. As obras de revitalização do Rodoanel de Belo Horizonte têm sido divulgadas pelo Governo do Estado de Minas Gerais como uma das obras de preparação da cidade para a Copa de 2014. O Ministério Público já havia advertido o DNIT sobre a necessidade de garantia do direito à moradia digna neste projeto. No entanto, mesmo assim a licitação foi aberta, “com a aprovação da Licença Ambiental pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte (COMAM) e sem qualquer proposta que se referisse ao equacionamento do destino das 2.600 famílias ameaçadas”⁶⁰.

Em Fortaleza, uma região conhecida por “Comunidade do Trilho” vem sofrendo constantes ameaças de remoção por parte do estado. O motivo da remoção das quase 3.500 famílias é a instalação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), um projeto que pretende levar os turistas do porto do Mucuripe para o estádio do Castelão, durante a Copa no Brasil em 2014. O projeto conta com o financiamento da Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 97,7 milhões. As obras focam serviços que nunca foram cogitados anteriormente, tais como “drenagem, terraplanagem, pavimentação, paisagismo e sinalização a serem iniciadas em 2011 e concluídas no fim de 2012”⁶¹. O projeto, orçado em:

(...) R\$ 265,5 milhões prevê a implementação do sistema de VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) no ramal ferroviário que liga Parangaba ao porto de Mucuripe. Serão 10 estações de superfície ao longo dos 13 km de extensão. O projeto do VLT ainda prevê a construção de seis pontes, de quatro passagens rodoviárias subterrâneas, um viaduto rodoviário e um elevador para os trilhos da linha⁶².

Poderíamos escrever algumas páginas relatando os milhares de exemplos iguais ou mais drásticos do que estes que trouxemos. Os mesmos estão espalhados não apenas em todos os 12 estados brasileiros que irão sediar a Copa de 2014, mas em todos os países que foram ou ainda serão sede de megaeventos esportivos. Onde quer que eles estejam, as obras de infraestrutura financiadas pelo estado chegam antes, para mascarar o processo de higienização urbana, instaurado rapidamente.

Denúncias deste tipo têm sido levantadas pela própria ONU, demonstrando que casos como este do Rio, Belo Horizonte e Fortaleza, entre outros que não foram aqui apresentados, têm ocorrido em diversos países que passaram pelo processo de reorganização urbana, a exemplo dos locais que sediaram megaeventos, como recentemente ocorrera na África. Segundo Raquel Rolnik, as

⁶⁰ Ibid.

⁶¹ Ibid. Notícia veiculada em: 25 de outubro de 2010.

⁶² Ibid. Notícia veiculada em: 13 de outubro de 2010.

populações que vivem nos locais mais pobres e precários não têm qualquer benefício com tais projetos de reurbanização, pois elas não vivem em áreas-alvo de tais projetos, e, quando vivem, são removidas à força. A própria ONU reconhece que estas populações recebem uma quantia insignificante frente aos valores de mercado, já que não se leva em consideração a valorização da área com as futuras melhorias. Tudo isso vai de encontro à sua própria política de alívio à pobreza e desenvolvimento da paz no mundo. Talvez, por estar consciente do risco iminente que representa a submissão constante das classes trabalhadoras a esta política de *apartheid* e de constantes ataques.

O Brasil, por sua vez, desponta como um centro de produção capitalista, possuidor de um dos elementos centrais para a viabilização da concentração e centralização de investimentos: o refluxo da organização sindical dos trabalhadores. Não somente a força de trabalho barata e a diminuição das greves e reivindicações sindicais e estudantis são motivos para uma concentração de capitais no Brasil. Temos, somado a isso, a potencialidade dos atuais governantes em liderar, para o Imperialismo Estadunidense, as relações diplomáticas na América Latina, liberando os Estados Unidos para tratarem da sua política externa, especialmente no Oriente Médio, Europa e Ásia⁶³.

Uma demonstração deste quadro torna-se clara com o episódio da ocupação do Haiti, em 2004, pelas “forças de paz” da ONU, lideradas pelo governo brasileiro⁶⁴. Tratava-se, ali, de colaborar para a alienação dos trabalhadores haitianos, cuja potente opressão a qual estavam submetidos naquele momento, não os impediram de recepcionar a Seleção Brasileira de Futebol.

Os mitos do futebol foram ovacionados por trabalhadores e burgueses haitianos nas ruas de Porto Príncipe, em desfile sobre os tanques de guerra da ONU. Nem por isso, no entanto, a delegação brasileira estendeu a sua permanência naquele país, ficando não mais do que meras cinco horas entre a sua aterrissagem e a decolagem, numa demonstração material do uso deste esporte e dos seus mitos para a naturalização da opressão de classe e da difusão de uma determinada aparência de neutralidade, paz e liberdade, que não condiz com a realidade concreta, mas garante a continuidade da dominação burguesa.

A realização daquele que ficou internacionalmente conhecido como o “Jogo da Paz”⁶⁵ não pôde ocultar a trágica demonstração dos verdadeiros objetivos do capital para com os trabalhadores haitianos, quase seis anos mais tarde. O terremoto que destruiria Porto Príncipe e mataria mais de

⁶³ PENNA E SIMÕES, 2010, op. cit.

⁶⁴ O Haiti, em 2004, teve o seu então presidente, Jean-Bertrand Aristide, deposto por um golpe orquestrado pelos Estados Unidos da América, que impõem àquele país, ainda hoje, total submissão ao imperialismo. Uma das primeiras ações dos 1,2 mil soldados brasileiros foi distribuir bolas de futebol e camisas da seleção brasileira para jovens daquele país. A 18 de Agosto de 2004, o Haiti parou para assistir ao que ficou conhecido como o “Jogo da Paz”, uma partida de futebol entre a seleção do Brasil e jogadores do Haiti. Antes do jogo, houve um verdadeiro desfile dos astros brasileiros pelas ruas, em cima de tanques blindados da ONU, entre os quais se encontravam Ronaldo, Ronaldinho e Roberto Carlos. A delegação brasileira permaneceu no país por apenas cinco horas. Assim, sobre os trabalhadores haitianos massacrados, fora aplicado um analgésico de curta duração, mas de grande êxito aos interesses políticos dominantes, tanto que muitos dos “rebeldes dispuseram-se a trocar armas por ingressos” (GAWRYSZEWAKI & PENNA, 2009)

⁶⁵ Ibid.

duas centenas de milhares de vidas humanas em poucos segundos, em janeiro de 2010, além de produzir um sofrimento que se estende até hoje com a epidemia de cólera, amputações, invalidez etc., pôde demonstrar a natureza desumana do capital, que se aproveita do sentimento religioso da ideologia dominante para concentrar ajudas ditas humanitárias, mas que, temos visto, servem tão somente para concentrar mais riqueza em mãos privadas e realizar a propaganda do estado enquanto provedor e protetor.

No Brasil, estudo encomendado pelo Ministério do Esporte à Fundação Instituto de Administração (FIA), da Universidade de São Paulo (USP), aponta um aquecimento da economia de US\$ 24,6 bilhões, de 2009 a 2016, em 55 setores, sendo os principais: a construção civil, serviços imobiliários e de aluguel, e serviços de empresas. O estudo supõe um aumento da massa salarial, cuja média de US\$ 504,66, no Rio de Janeiro, omite o fato de que o maior contingente da força de trabalho receberá salário mínimo, principalmente no setor da construção civil.

Reforçando os resultados de suas pesquisas e reiterando suas ações conciliatórias de classe com os interesses que movem o capital monopolista, o governo brasileiro aceitou as condições impostas pela FIFA e sancionou, em 20 de dezembro de 2010, a Lei 12.350⁶⁶. A mesma concede à FIFA e suas subsidiárias a isenção de vários tributos e taxas de importação, como se pode ver a seguir:

Art. 1º. Esta Lei institui medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, da Copa das Confederações Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014; promove desoneração tributária de subvenções governamentais destinadas ao fomento das atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas; e dá outras providências.

Art. 2º. Para os fins desta Lei, considera-se:

I – Fédération Internationale de Football Association (Fifa) (...)

II – Subsidiária Fifa no Brasil (...)

III – Copa do Mundo Fifa 2014 (...)

IV – Confederação Brasileira de Futebol (CBF) (...)

V – Competições - a Copa das Confederações Fifa 2013 e a Copa do Mundo Fifa 2014;

VI – Eventos - as Competições e as seguintes atividades relacionadas às Competições, oficialmente organizadas, chanceladas, patrocinadas ou apoiadas pela Fifa, pela Subsidiária Fifa no Brasil, pelo LOC ou pela CBF:

VII – Confederações Fifa -

VIII – Associações estrangeiras membros da Fifa - (...)

IX – Emissora Fonte da Fifa (...)

X – Prestadores de Serviços da Fifa (...)

XI – Parceiros Comerciais da Fifa (...)

XII – Voluntário da Fifa, de Subsidiária Fifa no Brasil ou do LOC

XIII – bens duráveis (...)

⁶⁶ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei N° 12.350, de dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/Lei/L12350.htm>. Acesso em: 15. fev de 2011.

§ 2º. É facultado à Fifa ou a qualquer de suas subsidiárias integrais constituir ou incorporar subsidiárias integrais no País, até o limite de 5 (cinco) (...)

§ 3º. A Emissora Fonte da Fifa, os Prestadores de Serviço e os Parceiros Comerciais referidos nos incisos IX, X e XI poderão ser nomeados ou licenciados diretamente pela Fifa ou por meio de uma de suas nomeadas ou licenciadas.

Seção II

Da desoneração de tributos

Subseção I

Da isenção às importações

Art. 3º- Fica concedida, nos termos, limites e condições estabelecidos em ato do Poder Executivo, isenção de tributos federais incidentes nas importações de bens ou mercadorias para uso ou consumo exclusivo na organização e realização dos Eventos, tais como:

I – alimentos, suprimentos médicos, inclusive produtos farmacêuticos, combustível e materiais de escritório;

II – troféus, medalhas, placas, estatuetas, distintivos, flâmulas, bandeiras e outros objetos comemorativos;

III – material promocional, impressos, folhetos e outros bens com finalidade semelhante, a serem distribuídos gratuitamente ou utilizados nos Eventos;

IV – bens dos tipos e em quantidades normalmente consumidos em atividades esportivas da mesma magnitude; e

V – outros bens não duráveis, assim considerados aqueles cuja vida útil seja de até 1 (um) ano.

§ 1º- A isenção de que trata este artigo abrange os seguintes impostos, contribuições e taxas:

I – Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente no desembaraço aduaneiro;

II – Imposto de Importação;

III – Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente sobre a importação (PIS/Pasep-Importação);

IV – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidente sobre a importação de bens e serviços (Cofins-Importação);

V – Taxa de utilização do Siscomex;

VI – Taxa de utilização do Mercante;

VII – Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM); e

VIII – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de combustíveis.

(...)

4 - Considerações Provisórias

Mais uma vez as multinacionais, tais como as empresas do setor da construção civil, dos transportes, serviços, entre outras, virão ao encontro deste paraíso que enriquecerá mais ainda os proprietários dos meios de produção. O que não se fala, evidentemente, é na ampliação das periferias das cidades que, a exemplo da cidade do Rio de Janeiro, deverá acolher a população removida das localidades valorizadas pela especulação, como a Barra da Tijuca, parte de Jacarepaguá e a Zona Sul.

O setor de transporte ferroviário do Rio de Janeiro, privatizado em 1998 pelo governo Marcelo Alencar, terá incremento do financiamento pelo estado. A Supervia, concessionária dos

transportes ferroviários do Estado do Rio, já colocou suas exigências na mesa e foi atendida. Terá antecipada a ampliação da concessão até 2048, em troca de um possível investimento de R\$ 100 milhões, a depender, contraditoriamente, de financiamento público. Entretanto, o governo do estado já comprou 30 composições e vai encomendar mais 30 para as Olimpíadas, ao preço de R\$ 12 milhões cada⁶⁷.

O ufanismo que tomou conta da mídia nacional nos dias que antecederam à votação que escolheu o Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos de 2016, no dia 2 de outubro de 2009, em Copenhague, Dinamarca, representa um excelente exemplo do quanto seremos alvejados pelo capital, ao longo dos próximos anos.

Uma pequena amostra disso pôde ser constatada na viagem da comitiva do Rio de Janeiro a Copenhague, na Dinamarca, para participar da escolha da sede dos jogos de 2016. Integravam a comitiva, composta por trinta e quatro pessoas, o governador do Estado do Rio de Janeiro e o prefeito do Município do Rio de Janeiro, ambos, acompanhados de suas respectivas esposas. Os dois casais viajaram no jato cedido pelo empresário Eike Batista.

Fica explícita a relação promíscua entre interesses públicos e privados que se utilizam destas pessoas para se comprometerem com a criação de condições garantidoras para a ampliação dos lucros do capital monopolista.

Eike Batista, presidente do Grupo EBX⁶⁸, tem participado ativamente das políticas de Estado, seja na área esportiva ou nas áreas de reurbanização, segurança, turismo, entre outros ramos. Em cerimônia solene na cidade do Rio de Janeiro, no mês de agosto de 2010, o empresário fez uma doação no valor de “R\$ 20 milhões para o governo do Rio e o compromisso de entregar o mesmo valor todos os anos, até 2014, exclusivamente para aplicação na compra de equipamentos e na construção de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs⁶⁹)”⁷⁰.

Em seu pronunciamento, o empresário disse que as UPPs são um modelo muito eficiente “para o Brasil e talvez para o mundo. O conceito é tão fantástico, vimos que funciona. Não imaginava que a gente ia arrumar uma solução para resolver o problema das favelas. É um

⁶⁷ PENNA E SIMÕES, 2010, op. cit.

⁶⁸ O Grupo EBX é constituído por 12 empresas que abrangem diversos setores, entre eles: mineração; exploração e produção de óleo e gás natural; logística, atuando sobretudo no setor portuário; energia; construção naval, afretamento de unidades de exploração e produção e serviços de operação e manutenção; imobiliário, com atuação nos estados do Rio de Janeiro, Ceará e Santa Catarina; empreendimento imobiliário na área da saúde, reunindo consultórios, clínicas, laboratórios de análises etc.; eventos corporativos e sociais na cidade do Rio de Janeiro; Turismo (o grupo adquiriu recentemente o antigo Hotel Glória, na cidade do Rio de Janeiro e a Marina da Glória); alimentação; saúde e beleza. Disponível em: <<http://www.ebx.com.br/empresas.php>>. Acesso em: 20 mar. 2011.

⁶⁹ O projeto das UPPs foi lançado no fim do segundo ano do governo Sérgio Cabral (PMDB). Virou bandeira política do candidato à reeleição e foi incorporado ao discurso de campanha da então candidata à presidência Dilma Rousseff (PT).

⁷⁰ WERNECK, Felipe. Eike Batista promete R\$ 100 milhões para reforçar segurança do Rio até 2014. ESTADÃO.COM.BR/BRASIL, 24 de agosto de 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,eike-batista-promete-r-100-milhoes-para-reforcar-seguranca-do-rio-ate-2014.599769.0.htm>> Acesso em: 27. dez. 2010.

compromisso sério. Não gosto de puxadinho. A única maneira de se perpetuar é entrar com um volume sério de recursos"⁷¹.

A cerimônia serviu, para além das ironias das declarações deste empresário, também, tanto para legitimar quanto para fazer a propaganda da política público-privada (PPPs) da segurança no estado, sobretudo no que se refere à política das UPPs. Fora anunciado, naquela oportunidade, a criação de um fundo de investimentos que tem por objetivo patrocinar o estado, segundo eles, para construir e reformar sedes e instalar infraestrutura para a segurança, além de ampliar o número de favelas assistidas pelas UPPs.

Autoridades deram destaque à suposta eficiência deste convênio do poder público com a iniciativa privada, afirmando que os projetos de segurança se tornariam mais velozes, a partir daquele momento. Sobre isto, o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, destacou a importância da dispensa das licitações afirmando ser "muito importante, quase vital, para a continuidade desse projeto que tenhamos velocidade. Não podemos ficar restritos a determinados impedimentos que a legislação (impõe), principalmente a lei de licitação. Esse fundo vai suprir esse problema"⁷².

Participaram também daquela cerimônia representantes de outras empresas privadas. Todos anunciaram suas doações, entre as quais se destacam a Bradesco Seguros (que doou mais R\$ 2 milhões ao projeto das UPPs), a Coca-Cola (R\$ 900 mil), a Souza Cruz (R\$ 400 mil). Também marcou presença, entre autoridades e empresários, o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira. Este se comprometeu com a construção do prédio da UPP na Cidade de Deus⁷³.

Explicita-se, assim, para todos que quiserem ver, o grande cenário sob o qual vem sendo montado o espetáculo do desenvolvimento urbano nas cidades sedes dos megaeventos esportivos. Como diria Guy Debord⁷⁴, a cidade, ela própria mercadoria, e, ao mesmo tempo, espaço de circulação para tantas outras, é a cada dia modificada e reconstruída mediante a imposição do capital:

O urbanismo é a concretização moderna da tarefa ininterrupta que salvaguarda o poder de classe: a manutenção da pulverização dos trabalhadores que as condições urbanas de produção tinham perigosamente reunido. A luta constante que teve de ser levada a cabo contra todos os aspectos desta possibilidade de encontro descobre no urbanismo o seu campo privilegiado. O esforço de todos os poderes

⁷¹ Ibid.

⁷² Ibid.

⁷³ Ibid.

⁷⁴ DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

estabelecidos desde as experiências da Revolução francesa, para aperfeiçoar os meios de manter a ordem na rua, culmina finalmente na supressão da rua⁷⁵.

A grande maioria da população residente em favelas continua e continuará sendo submetida ao terror da guerra do narcotráfico, por um lado, e das milícias e da ação violenta da polícia, por outro, na medida em que o percentual de favelas dominadas por estes setores é maior do que as atendidas pelas UPPs. A aparente tranquilidade, materializada de fato pelo fim da guerra do tráfico nas favelas cujas UPPs foram instaladas, faz parte da mítica da pacificação urbana como medida transitória e momentânea para satisfazer as exigências do capital neste período histórico determinado pelos dois megaeventos esportivos, a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016.

⁷⁵ Ibid. p. 113.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. *A batalha das idéias na construção das alternativas*: conferência proferida na conferência geral do conselho latino-americano de ciências sociais, la Habana, Cuba, 2003. Disponível em: <<http://resistir.info>>. Acesso em: 03 dez. 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. “Boa Governança no Sistema Financeiro Nacional”. 05 de set., 2008. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/pec/apron/Apres/Pronunciamento_presidente_BC_05-09-08.pdf>. Acesso em 05 de fevereiro de 2011.

BORGES, Laryssa. *Senado aprova MP que cria autoridade olímpica*. Disponível em <<http://esportes.terra.com.br/rumo-a-2012/noticias/0,,OI4968861EI17322,00Senado+aprova+MP+que+cria+Autoridade+Publica+Olimpica.html>>. Acesso em: 4 mar. 2011.

BORON, Atílio A. *Império e imperialismo*: uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri. Buenos Aires: Clacso, 2002.

BRASIL. Ministério do Esporte. *Uma política nacional do esporte*. Disponível em: <http://www.esport.gov.br/boletim_politica_nacional.asp>. Acesso em: 05 dez. 2004.

_____. Tribunal de Contas da União. Secretaria de Planejamento e Gestão. *Competências Legais do TCU* 2004. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/institucional/conheca_tcu/institucional_competencias/competencias.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2011

Lei nº 11.438, de 26 de dezembro de 2006. Lei de incentivo ao esporte.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Clipping seleção de notícias. Bola fora nas obras da copa. 10 de fev. de 2011. Disponível em: <<http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2011/2/10/bola-fora-nas-obras-da-copa>> Acesso em: 04 mar.2011.

_____. Lei nº 12.350, de dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Lei/L12350.htm>. Acesso em: 15 de fev. de 2011.

COIMBRA, Cecília M. Bouças. Direitos humanos e criminalização da pobreza. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, VIOLÊNCIA E POBREZA A SITUAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA AMÉRICA LATINA HOJE,1., 2006, Rio de Janeiro. *Trabalho apresentado na mesa-redonda de direitos humanos e criminalização da pobreza*. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

CRUZ, Valdo; NERY, Natuza; COUTINHO, Felipe. Autoridade olímpica será comandada por Meirelles. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 3 mar. 2011. Folha.com esporte. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk0303201112.htm>>. Acesso em: 5 mar. 2011.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GAWRYSZEWSKI, Bruno; PENNA, Adriana M. *Guerra ou paz*: o esporte como produção destrutiva. COLÓQUIO MARX ENGELS, VI, Campinas, 2009. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx>.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. *O capital: crítica da economia política: livro primeiro, t.2*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. Tradução de Giasone Rebuá. 6.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

NOZAKI, Hajime T.; PENNA, Adriana M. Jogos pan-americanos Rio de Janeiro 2007: por trás das cortinas do grande espetáculo. *Revista lecturas*. Disponível em: www.efdeportes.com.

O GLOBO Online. MEIRELLES diz que país tem condições econômicas para sediar Olimpíada., 1º de outubro de 2009. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/rio2016/mat/2009/10/01/meirelles-diz-que-pais-tem-condicoes-economicas-para-sediar-olimpiada-767866120.asp>> Acesso em: 05 mar. 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Relatório da força tarefa entre agências das nações unidas sobre o esporte para o desenvolvimento e a paz: em direção às metas de desenvolvimento do milênio. 2003. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br>> Acesso em: 15 nov. 2004

_____. Investimento no desenvolvimento: um plano para atingir os objetivos do desenvolvimento do milênio. Nova Iorque, 2005.

PENNA, Adriana M. *Sistema confef/crefs: a expressão do projeto dominante de formação humana na educação física*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

_____. Esporte contemporâneo: um novo templo do capital monopolista. Tese de doutorado defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro, 2011. 172 f.

PENNA, Adriana M; SIMÕES, Roberto A. Copa 2014 e Rio 2016: ponta de lança dos atuais projetos capitalistas. In: CONGRESSO ESPÍRITO-SANTESE DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 10, 2010, Vitória, *Megaeventos esportivos no Brasil: implicações para a prática pedagógica em educação física*, Vitória, 2010.

PERETTI, Felipe. *Estádios 2010 custam quase o dobro do previsto*. Portal 2014, África do Sul, 29 de abril de 2010. Disponível em: <<http://www.copa2014.org.br/copadomundo2010/noticias/2668/ESTADIOS+DE+2010+CUSAM+QUASE+O+DOBRO+DO+PREVISTO.html>>. Acesso em: 18 dez. 2010.

RANGEL, Sérgio. Mundial terá 98,5% de dinheiro público. *Folha de São Paulo*, 27 de fevereiro de 2011, seção de esporte, p. d 10.

RELATORIO ESPECIAL DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU PARA À MORADIA ADEQUADA: Disponível em: <<http://direitoamoradia.org/pt/noticias/blog/megaeventos/belo-horizonte/2010/09/15/copa-2014-em-bh-2-600-familias-da-rua/>>. Acesso em: 03 out. 2010.

SEMINARS. “Tony Blair resume em cinco lições as diretrizes para a realização da Copa do Mundo 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016”. 26 de outubro de 2010. Disponível em <<http://seminars.com.br/news.php?id=17>> Acesso em: 12 jan. 2011.

WERNECK, Felipe. Eike Batista promete R\$ 100 milhões para reforçar segurança do Rio até 2014. *ESTADÃO.COM.BR*. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,eike-batista-promete-r-100-milhoes-para-reforçar-seguranca-do-rio-ate-2014,599769,0.htm>> .Acesso em: 27 dez. 2010.

ZANINI, Fábio. Pobres do centro da Cidade do Cabo são removidos para a periferia. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 08 de junho de 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/747228-pobres-do-centro-da-cidade-do-cabo-sao-removidos-para-periferia.shtml>>. Acesso em: 15 out. 2010.